

Contratadas em emergência, térmicas estão atrasadas

mercado

Todas as 14 usinas térmicas a gás antirracionamento estão atrasadas

Obras deveriam evitar cortes de luz de 2022 a 2025; metade pode descumprir até o prazo máximo

Alexa Salomão

BRÁSILIA A construção de todas as 14 usinas térmicas a gás contratadas no leilão de energia emergencial em outubro do ano passado, para garantir o abastecimento neste ano em caso de nova seca, está atrasada. A projeção é que nenhuma delas vai entrar em operação na data inicial prevista, 1º de maio.

Levantamento que detalha o risco de descumprimento do cronograma e pede a aplicação das devidas providências consta em carta enviada, nesta terça-feira (26), pela Abrace, entidade que representa os grandes consumidores de energia, à Aneel, a agência que monitora o setor.

O acompanhamento considera os dados disponibilizados pela própria agência.

De acordo com a correspondência, portaria do MME (Ministério das Minas e Energia) permite atraso de até três meses nesse tipo de empreendimento. Ou seja, as térmicas teriam de estar ligadas e gerando energia até 1º de agosto.

No entanto, a projeção é que metade delas terá dificuldades para cumprir até mesmo esse prazo máximo; quatro delas não têm nem mesmo local definido para a instalação.

A Creg (Câmara de Regras Excepcionais para Gestão Hidroenergética) aprovou a contratação de usinas térmicas em setembro de 2021 com a meta de reforçar a recuperação dos reservatórios das hidrelétricas brasileiras entre 2022 e 2025. Naquele momento, os reservatórios das regiões Sudeste e Centro-Oeste, a caixa-d'água do setor elétrico brasileiro, estavam com 19,59% de sua capacidade de

armazenamento de energia. A modelagem do leilão emergencial chegou a ser questionada na Justiça, mas o governo conseguiu manter o certame.

Na correspondência à Aneel, a Abrace reforça que, agora, o cenário é outro. Os reservatórios do sistema nacional operam com 70% do volume de armazenamento, abrindo espaço para evitar o uso de energias mais caras, como a das térmicas.

Apesar da mudança de cenário, a entidade destaca que ainda assim é preciso cumprir os contratos com as térmicas firmados nesse leilão emergencial. Em contrapartida, pede à agência que aplique a elas a punição prevista pelo MME em caso de descumprimento do prazo máximo: a rescisão do contrato.

As térmicas a gás estão em diferentes estágios de atraso, segundo o acompanhamento.

Cinco têm chance de entrar em operação antes do prazo limite, em agosto: MP Paulínea, RE TG 100 02 01, Viana 1, Povoação 1, Luiz Oscar Rodrigues de Melo. Já Barra Bonita 1, Karkey 013, Karkey 019, Porsud 1 e Porsud 2 dificilmente estarão prontas até lá.

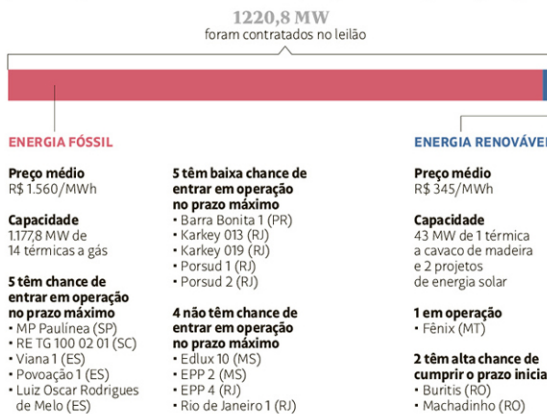
Quatro térmicas estão tão atrasadas que têm baixa chance de saírem do papel, de acordo com o documento: Edlux 10, EPP 2, EPP 4 e Rio de Janeiro I.

Foram contratados projetos que totalizam 1.220,8 MW de potência instalada: se operassem em tempo integral, garantiriam capacidade suficiente para abastecer 6 milhões de habitantes, praticamente uma cidade do Rio de Janeiro.

Desse total, a maior parte, 1.177,8 MW, ficou com projetos mais caros, movidos a gás.

Cronograma das térmicas atrasas

Leilão em outubro de 2021 contratou a energia de 17 projetos. As 14 térmicas a gás estão atrasadas e não entram em operação em 1º de maio, como previsto, e apenas 5 têm chances médias de cumprir o prazo máximo, previsto para agosto



Fonte: Abrace a partir de dados da Aneel

Apenas 43 MW vão ser cobertos por projetos de energia renovável. Segundo o levantamento da Abrace, todos os três projetos de renováveis estão dentro do prazo (Fênix, que já foi concluída, Buritis e Machadinho).

“Os atrasos apontados acima reafirmam a necessidade de que a Aneel monitore, de forma rigorosa, o cronograma de implantação dessas usinas. É importantíssimo que as áreas responsáveis realizem um acompanhamento

detalhado, de forma a garantir que as regras do leilão sejam respeitadas, sem flexibilizações”, diz o texto.

Procurada, a Aneel disse que está acompanhando o andamento das obras.

Na avaliação da Abrace, não faria sentido econômico para os consumidores que a agência flexibilizasse ainda mais o prazo.

A entidade reforça que, pelo contrato, essas térmicas deveriam operar por cerca de três anos e meio, a um custo ele-

vado. Pelas estimativas, serão cobrados R\$ 11 bilhões ao ano dos consumidores via Encargo de Energia de Reserva, aumentando uma tarifa que já está elevada.

O custo total pode encostar em R\$ 40 bilhões ao final do período, pesando na conta de luz dos consumidores residenciais e também no custo de produção da indústria.

O governo tem defendido o uso de térmica a gás dentro de um programa maior que busca incentivar o uso das reser-

vas nacionais. Hoje o país produz gás com petróleo e reinjeta a maior parte do gás no poço. O Ministério da Economia participou da organização de um novo marco regulatório, e há empresas privadas interessadas em negócios com essa commodity.

No entanto, o gás está na lista global de combustíveis fósseis poluentes que, no combate às mudanças climáticas, vão perder espaço a longo prazo para energias renováveis. Seu preço vem sofrendo altas sucessivas. Neste ano, tem sido especialmente afetada pela guerra na Ucrânia, pois a Rússia é importante produtor e fornecedor de gás.

Existe o temor que o uso excessivo de térmicas a gás na geração de energia elétrica contribua para elevar ainda mais o custo da energia no Brasil.

Um exemplo do impacto nos preços está no próprio leilão emergencial de outubro. O preço médio ficou na casa de R\$ 1.560 pelo MWh (megawatt-hora), mais de sete vezes o valor alcançado nos leilões para o mercado regulado, que foi de R\$ 210/MWh em 2019.

Nos seis meses que se passaram desde lá, o valor do gás teve forte repique e já saiu na casa de R\$ 3.200 pelo MWh, considerando o valor no mercado spot (à vista).

Se o país estivesse precisando de energia emergencial agora e fizesse um leilão para térmicas a gás, os valores ficariam nessa faixa.

É uma grande diferença em relação às renováveis, que tiveram forte queda nos últimos anos. Nesse mesmo leilão de outubro, foram contratados dois projetos de energia solar e uma térmica a cavaco de madeira a um preço bem mais baixo, na média, R\$ 345/MWh.

No momento em que o leilão dessa reserva de energia foi avaliado e liberado, o governo estava sob a pressão do risco de racionamento. Assim autorizou regras mais flexíveis, que foram questionadas. No final, as propostas ficaram concentradas na energia a gás apesar de mais cara.

Veículo: Impresso -> Jornal -> Jornal Folha de S. Paulo

Seção: Mercado Caderno: A Pagina: 14